

GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS

Estudo Técnico Preliminar 186/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: Serviços de marcenaria GAP-AF

2. Descrição da necessidade

O Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), reativado pela Portaria GABAER nº 427/GC3, de 06 de dezembro de 2022, tem por finalidade prestar apoio administrativo às Organizações Militares do Comando da Aeronáutica sediadas na Guarnição de Aeronáutica dos Afonsos (GUARNAE-AF). Em consonância com sua missão institucional, o GAP-AF é responsável pela execução de atividades administrativas e logísticas indispensáveis ao funcionamento eficiente das Organizações Apoiadas, assegurando a melhoria contínua dos processos internos e a excelência na prestação dos serviços.

Entre suas atribuições, destaca-se a centralização de serviços técnicos e administrativos, incluindo a manutenção, reparo e adequação das instalações físicas e do mobiliário existente. Tais ações são essenciais para manter a funcionalidade dos ambientes, garantir condições adequadas de trabalho e atender às necessidades crescentes das Unidades apoiadas.

O presente processo administrativo tem por objeto a contratação futura de empresa especializada na prestação de serviços de marcenaria, com execução nas instalações da GUARNAE-AF, visando ao atendimento das demandas recorrentes do GAP-AF e das Organizações Militares por ele apoiadas. A contratação envolve a confecção, manutenção corretiva e manutenção preventiva de mobiliários planejados, conforme previsto no Plano Anual de Contratações de 2025 e nos termos do art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Problema a Ser Solucionado

Foram constatadas demandas crescentes por:

- adequação de ambientes com limitações físicas;
- necessidade de mobiliário específico para atividades internas;
- manutenção de móveis existentes, muitos com desgaste estrutural;
- criação de soluções planejadas que permitam melhor uso do espaço e ergonomia.

O uso de mobiliário padronizado disponível em atas de registro de preços não atende às necessidades específicas dos ambientes do GAP-AF, o que inviabiliza resultados funcionais e ergonômicos adequados.

Além disso, o GAP-AF não dispõe de equipe técnica especializada ou infraestrutura para execução dos serviços de marcenaria.

Justificativa da Necessidade

A demanda decorre da necessidade de garantir ambientes funcionais, ergonômicos e adaptados ao trabalho administrativo e operacional conduzido pelo GAP-AF e pelas Unidades apoiadas. A diversidade de layouts, finalidades e fluxos de trabalho exige mobiliário customizado, o qual não pode ser plenamente atendido por produtos padronizados ou por itens constantes de atas de registro de preços vigentes.

As necessidades identificadas envolvem:

- Otimização de espaços físicos:** Ambientes reduzidos e com grande fluxo operacional exigem soluções sob medida, permitindo o máximo aproveitamento das áreas úteis e garantindo organização interna.
- Atendimento a necessidades específicas de cada setor:** Móveis planejados possibilitam a criação de soluções funcionais direcionadas a atividades específicas, maximizando a eficiência e reduzindo desperdícios operacionais.
- Ergonomia e melhores condições de trabalho:** A confecção de mobiliário sob medida possibilita adequações às características do usuário e à natureza das tarefas desempenhadas, contribuindo para a saúde ocupacional e para o conforto no ambiente de trabalho.
- Aumento da funcionalidade e integração dos ambientes:** Projetos planejados permitem organizar equipamentos, documentos e materiais de forma lógica, segura e eficiente, otimizando fluxos e processos operacionais.

e) **Adequações técnicas e reforços estruturais:** A manutenção preventiva e corretiva de mobiliários existentes evita danos, amplia a vida útil dos materiais e reduz a necessidade de substituições mais onerosas.

Adicionalmente, considerando a especificidade dos projetos de marcenaria e a necessidade de resultados exclusivos e adequados a cada ambiente, confirma-se a inviabilidade do uso de mobiliário padronizado já registrado em atas de registro de preços. Assim, a contratação específica de serviços de marcenaria torna-se imprescindível.

A contratação permitirá:

- melhor aproveitamento do espaço disponível, especialmente em áreas com restrições físicas;
- adequação dos ambientes às necessidades operacionais das Unidades apoiadas;
- melhoria das condições ergonômicas de trabalho;
- padronização do mobiliário quando necessário, garantindo uniformidade visual e funcional;
- prolongamento da vida útil dos equipamentos existentes, por meio de manutenções regulares;
- maior eficiência e segurança nos ambientes administrativos e logísticos.

A contratação encontra respaldo nos seguintes dispositivos:

- **Lei nº 14.133/2021**, art. 11, incisos I e II, que autorizam a contratação de serviços contínuos especializados necessários ao desempenho das atividades da Administração;
- **Art. 5º da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- **Art. 37 da Constituição Federal**, que institui o Princípio da Eficiência;
- **Decreto nº 10.818/2021**, que disciplina a classificação de bens e serviços de natureza comum, vedando itens de luxo, condição atendida pela presente contratação.

Os serviços serão executados por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, utilizando-se a modalidade **Pregão Eletrônico**, conforme art. 82 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de solução economicamente vantajosa, que permite atendimento escalonado e flexível das demandas durante a vigência da ata.

Conforme previsto no Termo de Referência, item 1.2.1, os serviços de marcenaria configuram atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às competências legais do GAP-AF, sendo essenciais ao suporte das funções institucionais e ao pleno atendimento das Organizações Militares apoiadas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO INFRA	Julio Cesar Lopes Simoes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que o presente objeto seja adquirido, não se verificam requisitos mínimos para sua satisfação. Contudo, a empresa contratada deverá cumprir com as obrigações e demais condições que estão descritas no Termo de Referência.

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte: Os licitantes deverão observar a disposição contida no Art. 4º, do Decreto nº 7.746/2012, no tocante as seguintes Diretrizes de Sustentabilidade nele estabelecidas:

- Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão-de-obra local;
- Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A empresa contratada deverá estar em dia com todas as suas certidões negativas e dos cartórios, bem como o seu SICAF, estar em total atualização junto ao seu cadastrador federal, formando assim e em conformidade com o edital, a manutenção da sua habilitação jurídica atualizada.

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas: O objeto da presente contratação não gera obrigações posteriores para a Contratada, realizando o pagamento somente após o recebimento do material em questão.

Em relação a integridade e transparência do processo, o mesmo deverá estar de acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a qual regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, tendo em vista que o objeto constante da presente contratação não é considerado de acesso sigiloso.

Para todos os produtos utilizados para realização dos serviços descritos no item 1.1 do Termo de referência por estarem enquadrados Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23 de agosto de 2021, será exigida a apresentação do CTF (cadastro técnico Federal) válido e com a descrição da atividade compreendida no enquadramento na FTE (Ficha Técnica de Enquadramento) da fabricante do produto ofertado.

No que se refere a comprovação de qualificação técnica, prevista no item 9 do Termo de Referência, justifica-se que esta Administração considerou viável a exigência de tal qualificação, a fim de assegurar que a Administração obtenha a certeza de que a provável empresa fornecedora do serviço possua a aptidão técnica para que este poder público busca contratar, sendo assim, o critério imposto visa resguardar a Administração, certificando assim que o bem poderá ser fornecido nas quantidades estabelecidas no anexo I do Termo de Referência.

Visando atender a demanda necessária à contratação, por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico (Registro de Preços), de empresa para contratação dos serviços de marcenaria, incluindo medição, projeto e instalação, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

Os mobiliários deverão ser em MDF, contendo a espessura mínima de 15 mm. No caso de móveis de banheiro ou cozinha (área molhada) o MDF será branco, do tipo ULTRA. O prazo para a empresa realizar a medição no local da instalação, confecção do projeto, envio para apreciação será de 30 dias após a ordem de serviço. O prazo para entrega e montagem dos mobiliários é de 60 (sessenta) dias corridos após a aprovação do projeto.

A empresa deverá fornecer a mão-de-obra especializada para a perfeita realização dos serviços.

Os mobiliários deverão estar bem embalados e etiquetados contendo as dimensões do produto e o local a ser instalado.

Será realizada a conferência do produto por um militar designado (Fiscal de Contrato), na qual serão analisados defeitos de fabricação, cor e as dimensões do produto na entrega e após a montagem.

O carregamento, transporte e montagem dos móveis será realizado pela empresa contratada.

Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com a proposta apresentada.

A empresa deverá disponibilizar mostruário com pelo menos 3 (três) opções de cores dentro de cada uma das tonalidades definidas pelo GAP-AF, ficando esse mostruário em posse da OM, para que durante a vigência da Ata, a padronização de cores seja mantida.

Caberá à contratada o fornecimento de todos os materiais, peças, infraestrutura e mão de obra técnica necessários para a execução do serviço, atentando para a integração deste aos serviços essenciais da edificação (sistema elétrico e hidráulico) e ainda conferir as medidas no local antes da confecção do mobiliário.

É de inteira responsabilidade da contratada a compatibilidade dos móveis com o espaço de instalação, devendo a mesma apresentar o projeto de realização do serviço.

Todas as ferragens deverão ser fornecidas pela contratada e deverão ser fabricadas em aço inox.

A mão de obra designada para a execução do serviço deverá ser tecnicamente qualificada e de inteira responsabilidade da contratada, a qual será responsável também pelo fornecimento e uso dos equipamentos de proteção individual (EPI).

5. Levantamento de Mercado

Em análise realizada no mercado, considerando as leis e normas vigentes que regem a Administração Pública, foi realizado o levantamento das possíveis soluções para contratação serviços pretendidos por meio deste certame, cujo fornecimento se dará por empresa especializada do ramo e devidamente autorizada a exercer esta atividade e cumprindo todas as exigências editalícias desta Organização.

Logo, desdobra-se o estudo realizado:

Solução 1 - Contratação por dispensa de licitação (Lei nº 14.133, artigo 75, inciso II):

Neste cenário, o valor total do certame não deve ultrapassar o previsto no inciso II do art 75 da Lei nº 14.133 /2021, o que, devido à quantidade estimada neste certame, bem como o preço médio estipulado conforme pesquisa de mercado, ultrapassa a previsão legal.

Solução 2 - Contratação por adesão a ata de registro de preço vigente:

Neste cenário, o insumo deve ser adquirido por meio de adesão a uma ata de registro de preço vigente, mantida entre algum órgão e uma empresa contratada. Em análise a esta situação, o custo do processo seria elevado, fazendo com que o custo do processo, mais o do produto se tornasse muito maior, não tendo assim uma contratação com o melhor custo benefício em atendimento ao que se refere ao princípio da economicidade.

Solução 3 - Aquisição por meio de registro de preço.

Neste cenário, o insumo deverá ser adquirido por meio de registro de preço, no qual o processo licitatório resultará numa ata de registro de preços firmada entre o GAP-AF e as contratadas, com 12 meses de vigência, mantidas as condições definidas em edital, observadas as disposições com o prazo de vigência da contratação de 12(doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Considerando a necessidade eminente, esta solução fica totalmente dentro das expectativas pretendidas.

Também há desvantagens nesse modelo, tendo em vista que além da possibilidade das atas de outros Órgãos não atenderem na totalidade a necessidade desta Administração, também pode gerar maior complexidade burocrática, retardando em partes a contratação.

Neste esteira nos modelos de soluções 1 e 2 acima relatados, verificam-se alternativas diferentes que poderiam ser adotadas pela Administração pública em substituição a solução escolhida, porém para a escolha das alternativas ora mencionadas, a Administração Pública precisaria estabelecer critérios de acordos de cooperação e termos de parceria com outros Órgãos e/ou Organizações, compartilhando recursos e/ou aquisições conjuntas e embora essas parcerias pudessem resultar em algum benefício, como redução de custos, gerando eficiência através da compra em grupo, existem também algumas desvantagens e desafios associados a essas soluções, que foram consideradas por esta Organização como expressivamente mais relevantes.

Aqui estão algumas desvantagens potenciais caso as soluções 1 e 2 fossem escolhidas:

Complexidade na Coordenação

- a) Descrição: Coordenar compras e processos entre diferentes instituições pode ser complexo.
- b) Desvantagem: A necessidade de alinhar interesses, prazos e requisitos entre múltiplas partes pode levar a atrasos e aumentar a burocracia.

Diferenças nas Necessidades

- a) Descrição: Cada instituição pode ter necessidades específicas que não se alinham completamente com as dos parceiros.
- b) Desvantagem: Pode resultar em compromissos que não atendem perfeitamente às necessidades individuais de cada parte, levando a um produto final que não é ideal para todos.

Conflitos de Prioridades e Processos.

- a) Descrição: As prioridades e processos de aquisição podem variar entre diferentes instituições.
- b) Desvantagem: Diferenças na forma como cada instituição prioriza ou gerencia suas compras podem causar conflitos e atrasos.

Responsabilidade e Transparência

- a) Descrição: A responsabilidade pelo cumprimento dos termos do acordo deve ser compartilhada.
- b) Desvantagem: Pode haver desafios em assegurar a transparência e a responsabilidade em relação às decisões e execução do contrato, o que pode levar a disputas ou falta de clareza.

Possíveis Conflitos de Interesse

- a) Descrição: Diferentes instituições podem ter interesses e prioridades divergentes.
- b) Desvantagem: Isso pode levar a conflitos que podem afetar negativamente a eficácia do acordo e a qualidade dos materiais adquiridos.

Necessidade de Acordos Legais Complexos

- a) Descrição: A formalização dos acordos pode exigir contratos e acordos legais complexos.
- b) Desvantagem: A elaboração e manutenção desses acordos podem exigir mais tempo e recursos, aumentando a carga administrativa.

Impacto em Relações Institucionais

- a) Descrição: A colaboração pode afetar as relações entre as instituições envolvidas.
- b) Desvantagem: Qualquer problema ou desacordo no processo pode afetar negativamente as relações entre as instituições, o que pode ser prejudicial a longo prazo.

Conclusão.

Em resumo, embora os acordos de cooperação e termos de parceria de participação em IRP de outras Unidades e adesão a ata de registro de preços de outros Órgãos, possam proporcionar vantagens significativas, como

economia de escala e maior eficiência, ao analisar as vantagens e desvantagens de cada solução apresentada e com o intuito de mitigar possíveis riscos, o Grupamento de Apoio dos Afonsos ratificou a escolha pela realização de um novo certame que atenderá de forma integral a demanda desta OM.

Nesta esteira, considerando ainda o princípio da economicidade e agilidade do processo, bem como as normas basilares e soluções levantadas e descritas, após a análise de mercado e considerando o custo de um processo, entre publicação em DOU, Despesa com hora de trabalho técnico em comparação com o valor médio levantado de gasto com o quantitativo estimado de consumo anual, se verifica que a melhor forma de contratação é sim a **terceira opção.**

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação, por meio de Registro de Preços, de empresa especializada na fabricação, fornecimento, instalação e manutenção de mobiliário planejado e serviços de marcenaria sob medida, destinados a atender às necessidades do GAP-AF e das Organizações Militares apoiadas.

A solução foi estruturada considerando o ciclo de vida completo do objeto, abrangendo desde o planejamento da demanda e definição dos padrões técnicos, passando pela fabricação, entrega, instalação, manutenção, garantia e descarte sustentável dos resíduos, até o monitoramento da qualidade ao longo da vigência contratual.

A adoção de mobiliário sob medida é essencial para garantir a adequada funcionalidade dos ambientes, a otimização dos espaços físicos, a melhoria das condições de trabalho, a ergonomia e a padronização institucional. Os serviços contemplam a utilização de materiais de diferentes espessuras e especificações (MDF, MDP e compensado naval), de acordo com os grupos e itens definidos no Termo de Referência, observando imunização contra cupins, revestimentos, padrões de acabamento, ferragens e exigências de durabilidade descritas nas especificações técnicas (vide itens 1.1 a 1.4 do TR)

A solução pressupõe o seguinte fluxo:

1. Planejamento e solicitação interna
 - Cada setor demandante solicitará a necessidade à UG, que consolidará a demanda e acionará a empresa contratada.
 - A solução prevê atendimento contínuo, considerando que as necessidades de marcenaria são recorrentes, variáveis e não completamente previsíveis ao longo do ano.
2. Visita técnica, medições e apresentação de amostras
 - A empresa realizará vistoria e medição no local da instalação, apresentará amostras das opções de materiais e realizará análise técnica prévia, conforme os procedimentos de execução descritos no item 5.1 do TR.
3. Elaboração e aprovação de projeto/layout
 - Com base nas medições, a contratada deverá apresentar projeto em até 30 dias corridos, contendo desenhos, especificações e adequações necessárias ao ambiente.
 - O projeto deverá ser aprovado pelo GAP-AF antes da fabricação, garantindo alinhamento técnico, estético e funcional.
4. Fabricação e instalação do mobiliário
 - A fabricação obedecerá às especificações de materiais constantes nos itens do TR (espessura, revestimento, tratamento anticupim, bordas, ferragens, cor, acabamento).
 - A solução prevê prazo de até 60 dias para execução após a aprovação do projeto (item 5.3 do TR)..

- A instalação deverá ser realizada por equipe qualificada, garantindo nivelamento, fixação segura, acabamento adequado e pleno funcionamento.
5. Garantia, manutenção e suporte técnico
 - A contratada deverá garantir a qualidade dos materiais e serviços, conforme o Código de Defesa do Consumidor e o termo de garantia exigido no TR.
 - Defeitos de fabricação, instalação ou desempenho deverão ser corrigidos sem ônus ao GAP-AF.
 - Manutenções corretivas e ajustes decorrentes de vícios serão integralmente responsabilidade da contratada.
 6. Sustentabilidade e descarte responsável
 - A solução contempla critérios de sustentabilidade previstos no TR, incluindo comprovação ambiental, descarte responsável de resíduos e uso de insumos adequados, conforme item 4.3 e seus subitens (materiais recicláveis, ausência de substâncias tóxicas, conformidade com RoHS, destinação de resíduos).
 7. Acompanhamento, fiscalização e avaliação de desempenho
 - A execução do objeto será acompanhada pelos fiscais técnico e administrativo, conforme regime previsto nos itens 6 e 7 do TR, utilizando o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para avaliar a qualidade da entrega e o desempenho da contratada.
 - Glosas e sanções poderão ser aplicadas em caso de não conformidades.
 8. Ciclo de vida e durabilidade
 - A solução prevê que o mobiliário seja fabricado com materiais resistentes, de baixa manutenção e longa vida útil, considerando requisitos de segurança, ergonomia e durabilidade.
 - A padronização obtida por meio da ARP garante compatibilidade entre peças fabricadas em diferentes momentos ao longo do ciclo contratual, reduzindo custos futuros e facilitando manutenções.

Assim, a solução como um todo abrange todas as etapas necessárias para que o GAP-AF e suas Organizações Apoiadas disponham de mobiliário funcional, padronizado, durável e adequado às atividades administrativas e operacionais, garantindo a eficiência do gasto público e o atendimento contínuo às necessidades institucionais

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O levantamento das quantidades necessárias para a contratação dos serviços de marcenaria sob medida foi realizado a partir da consolidação das demandas apresentadas pelos diversos setores do GAP-AF e das Organizações Militares apoiadas, considerando as necessidades atuais de adequação de espaços, substituição de mobiliário deteriorado e implantação de novos ambientes administrativos e operacionais.

Destaca-se que as demandas foram formalmente registradas pelas Organizações apoiadas por meio do **Termo de Oficialização da Demanda (TOD), 260008**, devidamente preenchido e encaminhado pelas unidades demandantes, o qual integra os anexos deste Estudo Técnico Preliminar, constituindo-se como instrumento formal de levantamento, validação e rastreabilidade das necessidades apresentadas.

A presente estimativa observa os princípios do planejamento, da eficiência e da motivação dos atos administrativos, em conformidade com o disposto nos arts. 5º e 11, **inciso I**, da **Lei nº 14.133/2021**, os quais estabelecem a necessidade de adequado planejamento das contratações públicas, devidamente fundamentado em estudo técnico preliminar que demonstre a real necessidade da contratação e a definição precisa de seus quantitativos.

A quantificação foi definida com base:

- nos levantamentos técnicos realizados *in loco* pelas unidades da GUARNAE-AF;
- nas informações constantes nos Termos de Oficialização da Demanda (TOD) apresentados pelas Organizações apoiadas;
- nas necessidades de padronização do mobiliário institucional;
- na projeção de demandas futuras, em virtude da natureza contínua, recorrente, variada e não integralmente previsível dos serviços de marcenaria;
- na análise das condições físicas dos ambientes, muitos dos quais exigem mobiliário sob medida em razão de restrições dimensionais e especificidades funcionais.

Dessa forma, os quantitativos estimados encontram-se devidamente justificados, alinhados ao planejamento institucional e fundamentados em elementos técnicos e formais, assegurando a conformidade com a legislação vigente e a adequada instrução do processo de contratação.

GRUPO 1 – Compensado Laminado Naval (espessuras 25 mm, 18 mm, 10 mm e 4 mm)

Item	Quantidade Estimada	Unidade
01	562 m²	Compensado naval 25 mm
02	841 m²	Compensado naval 18 mm
03	495 m²	Compensado naval 10 mm
04	606 m²	Compensado naval 4 mm

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do menor valor, será de R\$ 4.850.338,1947 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta mil, trezentos e trinta e oito reais e dezenove centavos).

Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o
- índice previsto para a contratação; ou
- poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com o TCU, “Parcelamento é a divisão do objeto em partes menores e independentes. Cada parte, item, etapa ou parcela representa uma licitação isolada ou em separado.” (Licitações & Contratos. Orientações Básicas. 4ª ed., p. 225).

Conforme orientação do Tribunal de Contas da União (TCU), “Parcelamento é a divisão do objeto em partes menores e independentes. Cada parte, item, etapa ou parcela representa uma licitação isolada ou em separado” (Licitações & Contratos. Orientações Básicas. 4ª ed., p. 225). No entanto, essa divisão só deve ser adotada quando **tecnicamente viável e vantajosa à Administração**, conforme previsto no art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

No presente caso, o objeto da contratação — serviços de manutenção preventiva e corretiva, desmontagem, transporte, montagem e instalação de sistemas de arquivos deslizantes — **não comporta parcelamento** por razões técnicas e operacionais que comprometem a eficiência e a funcionalidade da solução.

Fundamentação Legal

A opção pela **formação de grupo** está amparada nos seguintes dispositivos da Lei nº 14.133/2021:

- **Art. 18, §1º, inciso VIII** – autoriza o parcelamento do objeto **somente quando tecnicamente viável e vantajoso** à Administração.
- **Art. 11, inciso I** – exige **planejamento adequado da contratação**, com estudo técnico preliminar que justifique a estruturação do objeto.
- **Art. 5º** – reforça os princípios da **eficiência, economicidade, competitividade e vantajosidade**, que orientam todas as fases da contratação pública.

Justificativa Técnica para a Contratação em Grupos

A formação de um grupos para os serviços de marcenaria é tecnicamente necessária pelos seguintes fatores:

1. Interdependência funcional dos serviços

A execução dos serviços de marcenaria sob medida envolve etapas sequenciais e interligadas, tais como:

- visita técnica e medições;
- desenvolvimento de projeto;
- fabricação das peças;
- desmontagem de mobiliário existente (quando aplicável);
- transporte;
- instalação;
- ajustes pós-instalação e manutenção.

Essas etapas são tecnicamente indivisíveis, pois a empresa responsável pela fabricação deve assegurar que as peças atendam às medidas coletadas, aos padrões de acabamento e ao método de instalação. Contratar empresas distintas para cada etapa geraria riscos operacionais, incompatibilidades dimensionais e responsabilidade difusa.

2. Risco de incompatibilidade técnica

O fracionamento poderia resultar na participação de diferentes fornecedores, adotando:

- padrões distintos de MDF, MDP e compensado naval;
- ferragens, dobradiças e trilhos de marcas incompatíveis;
- acabamentos e cores não uniformes;
- métodos de montagem diferentes.

A heterogeneidade comprometeria a funcionalidade do mobiliário e inviabilizaria a padronização institucional, dificultando a manutenção futura.

3. Garantia e responsabilidade técnica

A confecção e instalação do mobiliário planejado devem estar sob responsabilidade de **um único fornecedor**, garantindo:

- coerência entre projeto, fabricação e montagem;
- garantia integral dos conjuntos instalados;
- possibilidade de acionamento da contratada em eventuais falhas ou vícios;
- redução de litígios quanto à origem de defeitos (material, fabricação ou montagem).

Quando diversos fornecedores participam do processo, torna-se impossível assegurar plenamente a rastreabilidade da responsabilidade técnica.

4. Economia processual e operacional

A contratação integrada:

- reduz custos administrativos com gestão e fiscalização;
- simplifica o acompanhamento contratual;
- diminui riscos de atrasos por falta de coordenação entre diferentes fornecedores;
- evita sobreposição de atividades e retrabalhos.

5. Padronização do mobiliário institucional

A manutenção da identidade visual e funcional dos ambientes da GUARNAE-AF é fundamental, e o parcelamento comprometeria:

- uniformidade estética;
- compatibilidade de peças substituídas;
- durabilidade homogênea;
- coerência entre mobiliários instalados por diferentes unidades apoiadas.

6. Vistoria técnica in loco e análise integrada do ambiente

A marcenaria planejada exige estudo técnico prévio do ambiente, avaliação das necessidades e definição de soluções personalizadas. Esse processo não pode ser fragmentado sem prejudicar a acurácia das medições e dos projetos e sem comprometer o resultado final.

Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto **não é recomendável**, uma vez que comprometeria a eficiência, a padronização, a funcionalidade e a segurança técnica da contratação.

A adoção de **grupo único** para os serviços de marcenaria — confecção, manutenção preventiva e corretiva, desmontagem, transporte e instalação de mobiliário planejado — mostra-se a alternativa **mais adequada, mais econômica e mais vantajosa** à Administração Pública, atendendo plenamente às necessidades do GAP-AF e das diversas Organizações Militares por ele apoiadas.

A contratação integrada assegura:

- solução completa e tecnicamente consistente;
- responsabilidade técnica unificada;
- uniformização dos padrões de acabamento;
- mitigação de riscos operacionais;
- maior eficiência na execução e no controle contratual.

Assim, a estruturação do objeto em grupo único está em plena conformidade com a legislação vigente, com as orientações do TCU e com os princípios que regem as contratações públicas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas outras contratações correlatas ou interdependentes necessárias para o presente objeto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Inicialmente, ressalta-se que a missão do Grupamento de Apoio dos Afonsos é executar as atividades administrativas e logísticas necessárias ao apoio das Organizações sediadas, visando à melhoria contínua dos processos internos e à qualidade dos serviços prestados.

A Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA Nº 11-1 de 06 de março de 2019), que versa sobre a Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica, define atividade, em seu item 2.7.8.1, como um conjunto de tarefas de caráter continuado, executadas de forma coordenada, suportada por recursos humanos, materiais e financeiros, que visa atender aos processos administrativos, técnicos e operacionais, garantindo o funcionamento de uma organização, para o cumprimento de sua finalidade. Já seu item 2.7.8.3 versa sobre a imprescindibilidade da priorização dos recursos para que as Organizações e os principais Sistemas da Aeronáutica mantenham-se sempre em efetivo funcionamento, provendo à Força Aérea a sustentabilidade necessária ao cumprimento de sua missão.

Realizando-se uma análise primária do que versa a DCA 11-1, face à instrução do processo de aquisição em comento, observa-se total alinhamento da contratação pretendida, em relação ao planejamento da compra em tela.

Por fim, no que pese às despesas referentes ao processo em questão, elas estão em conformidade com o inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), haja vista não se referir à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarrete aumento da despesa em relação à Lei Orçamentária Anual, ao Plano Plurianual, e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Resultados Pretendidos

O objetivo da realização do certame pretendido, a ser realizado pela modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços, é a manutenção dos arquivos deslizantes, para atender às necessidades do GAP-AF e demais Unidades Apoiadas.

13. Providências a serem Adotadas

Para a realização da aquisição, será necessário que o presente instrumento licitatório continue seu trâmite, até vencer as etapas preparatórias, internas, posteriormente, e prossiga para a fase externa, encontrando os licitantes interessados em participar do certame, até que se efetive o registro de preços para o vencedor desta Licitação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Para os itens licitados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938 de 1981.

A empresa contratada deverá comprovar que o(s) bem(ns) atende(m) aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- e) a comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital”.
- f) Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal .

g) Com relação ao descarte correto do material em questão deverão ser observados e levados em consideração o que preconiza o Art 9º da Lei 12305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

h) Para os produtos enquadrados nas categorias de itens potencialmente poluidores será exigida a apresentação do CTF (cadastro técnico Federal) válido e com a descrição da atividade compreendida no enquadramento na FTE (Ficha Técnica de Enquadramento) da Empresa/Marca Cadastrada do produto ofertado.

15. Análise de Riscos

Observando as vulnerabilidades do processo de maneira macro, entende-se salutar o diagnóstico para fins de prevenção dos riscos da fase interna até o momento que permeia a formalização do certame.

Entende-se por ação preventiva, ações a serem tomadas, com base no esquema analítico de riscos, de forma a prevenir a ocorrência dos mesmos.

Ações de contingência, no entanto, são ações a serem tomadas na ocasião dos danos começarem a ocorrer com a materialização dos riscos previstos.

Para melhor elucidar, serão classificados a probabilidade e o impacto através das possibilidades "BAIXO", "MÉDIO" e "ALTO", bem como será descrito os prejuízos dos danos em hipótese.

Segue abaixo os riscos elencados, bem como as ações preventivas e de contingência:

1) Não haver disponibilidade orçamentária - Não será possível adquirir os serviços almejados, acarretando em prejuízos, já que os setores que trabalham com estoque não terá a sua disposição o estoque em condições de correta armazenagem dos diversos insumos resultando possivelmente na paralisação das atividades.

a) Probabilidade - BAIXO;

b) Impacto - ALTO;

c) Ação preventiva - Buscar base no Programa de Trabalho Anual; e

d) Ação de contingência - Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, acompanhado de revisão da necessidade imediata dos itens demandados, bem como oficiar as esferas superiores a fim de comunicar o fato, bem como solicitar recursos para esse fim.

2) Especificação insuficiente para a contratação- A contratação não acontecerá a contento, podendo trazer prejuízos, uma vez que poderá ocorrer uma obtenção parcial ou ineficaz.

a) Probabilidade - MÉDIO;

b) Impacto - MÉDIO;

c) Ação preventiva - Revisar cada cláusula de obrigações da contratada no que tange os documentos que balizam a licitação; e

d) Ação de contingência - Averiguar os pontos críticos e identificar a vantajosidade da rescisão do certame e a abertura de um novo processo licitatório.

3) Atraso na conclusão da licitação - A validação da ATA fora do prazo previsto prejudicará a rotina do GAP-AF.

a) Probabilidade - MÉDIO;

b) Impacto - ALTO;

c) Ação preventiva - Após a abertura do pregão, identificar a frequência dos itens na situação "deserto", e nomeação de um maior número de agentes a fim de apoiar a Equipe de Planejamento e Área Técnica; e

d) Ação de contingência - Cancelar os itens responsáveis pelo retardo da conclusão do certame e dar continuidade em processo paralelo nas demandas que não lograram êxito. Informo ainda que poderá ocorrer situações que essa Equipe de Planejamento não tenha previsto, no entanto, toda ocorrência deverá ser registrada e analisada pelas autoridades competentes e apresentar um plano de contingência para fins de mitigação do acaso

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Após análise das necessidades apresentadas pelas unidades apoiadas, das limitações estruturais dos ambientes e das especificidades técnicas relacionadas à confecção, manutenção e instalação de mobiliário planejado, declara-se **viável** a contratação de serviços de marcenaria sob medida para atendimento do GAP-AF e das Organizações Militares sediadas na GUARNAE-AF.

A solução é tecnicamente viável por atender aos requisitos funcionais, ergonômicos e operacionais dos ambientes, possibilitando a correta adequação dos espaços, a padronização institucional, a racionalização do uso das áreas disponíveis e a melhoria das condições de trabalho. A contratação também demonstra viabilidade econômica, uma vez que a execução sob demanda, por meio de Ata de Registro de Preços, permite controle financeiro, flexibilidade de utilização e evita múltiplas licitações para atendimentos pontuais.

Do ponto de vista jurídico, a contratação é plenamente viável, encontrando amparo nos arts. 5º, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, que tratam do planejamento da contratação, da eficiência e da estruturação adequada do objeto. Não foram identificados impedimentos legais ou administrativos que inviabilizem a execução do objeto pretendido.

Diante do exposto, declaro que a presente contratação possui **viabilidade técnica, operacional, jurídica e econômica**, sendo compatível com as necessidades institucionais do GAP-AF e das Organizações Militares por ele apoiadas, atendendo ao interesse público e aos princípios que regem as contratações públicas.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIO CESAR LOPES SIMOES

Equipe de apoio

TATIANE NASCIMENTO JANSEN

Equipe de apoio

VINICIUS SANTOS DA SILVA

Equipe de apoio

ITEM	DESCRIÇÃO	CDA	EAOR	ECMAR	CENDOC	BAAF	HAAF	BREVET	PAAF	UNIFA	GAP-AF	DIRAD	SEREP-RJ	GALC	QUANTIDADE TOTAL
1	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO SOB MEDIDA PARA AMBIENTES PLANEJADOS CONSTITUÍDO DE COMPENSADO LAMINADO NAVAL COM 25 MM DE ESPESSURA. REVESTIMENTO EM VERNIZ PROPORCIONANDO ASSIM UMA SUPERFÍCIE LISA E BRILHANTE PARA MIMETIZAR A MADEIRA NATURAL NO AMBIENTE. APRESENTAÇÃO DE LAYOUT PARA APROVAÇÃO.	5	26	25	20	20	150	2	5	0	70	15	1	223	562
2	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO SOB MEDIDA PARA AMBIENTES PLANEJADOS CONSTITUÍDO DE COMPENSADO LAMINADO NAVAL COM 18 MM DE ESPESSURA. REVESTIMENTO EM VERNIZ PROPORCIONANDO ASSIM UMA SUPERFÍCIE LISA E BRILHANTE PARA MIMETIZAR A MADEIRA NATURAL NO AMBIENTE. APRESENTAÇÃO DE LAYOUT PARA APROVAÇÃO.	5	308	17	15	10	150	2	3	12	80	15	1	223	841
3	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO SOB MEDIDA PARA AMBIENTES PLANEJADOS CONSTITUÍDO DE COMPENSADO LAMINADO NAVAL COM 10 MM DE ESPESSURA. REVESTIMENTO EM VERNIZ PROPORCIONANDO ASSIM UMA SUPERFÍCIE LISA E BRILHANTE PARA MIMETIZAR A MADEIRA NATURAL NO AMBIENTE. APRESENTAÇÃO DE LAYOUT PARA APROVAÇÃO.	5	7	0	10	2	150	2	5	0	80	10	1	223	495
4	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO SOB MEDIDA PARA AMBIENTES PLANEJADOS CONSTITUÍDO DE COMPENSADO LAMINADO NAVAL COM 4MM DE ESPESSURA. REVESTIMENTO EM VERNIZ PROPORCIONANDO ASSIM UMA SUPERFÍCIE LISA E BRILHANTE PARA MIMETIZAR A MADEIRA NATURAL NO AMBIENTE. APRESENTAÇÃO DE LAYOUT PARA APROVAÇÃO.	5	105	0	5	2	150	2	3	0	100	10	1	223	606



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Data/Hora de Criação:	06/04/2026 13:15:11
Páginas do Documento:	15
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	16
Hash MD5:	a7a803ce3dbaa451c4a6ff27a33d06aa
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten VINICIUS SANTOS DA SILVA no dia 06/04/2026 às 11:15:47 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten TATIANE NASCIMENTO JANSEN no dia 06/04/2026 às 11:17:44 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten JÚLIO CÉSAR LOPES SIMÕES no dia 06/04/2026 às 11:20:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap EDUARDO JÚNIOR DA SILVA MARQUES no dia 09/04/2026 às 09:09:00 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO